

O sentido das UPPs: A cobertura de *O Globo* e as políticas de Segurança Pública¹

Paulo Vaz e Pedro Barreto Pereira

Resumo

Este trabalho compara as reportagens publicadas na última dezena de setembro de 2015 no jornal *O Globo* sobre os arrastões na orla da cidade do Rio de Janeiro e a morte de Eduardo Felipe Santos, no Morro da Providência. De modo a permitir uma apreensão histórico-conceitual das reportagens, a análise qualitativa será colocada em relevo com a pesquisa sobre a cobertura do mesmo periódico entre 2008 e 2012 sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O objetivo é esclarecer como se dá o processo de seleção de eventos e produção de sentido sobre a Segurança Pública nessa cidade, que diferencia o tratamento dado entre os arrastões nas praias da Zona Sul e a morte de um jovem morador da favela. Desta maneira, nossa proposta é investigar como as notícias veiculadas pelo principal jornal da cidade contribuem para a legitimação discursiva de uma política pública.

Palavras-Chave

Mídia. Segurança Pública. Favela.

1 Introdução

A última dezena de setembro de 2015 foi esclarecedora para a análise da cobertura do jornal *O Globo* sobre a política de Segurança Pública em curso no Rio de Janeiro. Após o primeiro final de semana de calor daquele mês, o periódico publicou uma série de reportagens sobre casos de arrastões que atemorizaram os moradores das classes média e alta da cidade. As narrativas das ocorrências foram sucedidas por reações diversas: do medo generalizado até reações violentas isoladas, por parte de gangues de lutadores de artes marciais contra jovens moradores de favelas e de bairros das zonas norte e oeste, que frequentam as praias de Copacabana, Ipanema e Leblon.

Entre os dias 22 e 29 de setembro, as matérias reivindicavam a ação do poder público e incitavam o “medo branco” (BATISTA, 2003, p. 187) nos moradores da zona sul da cidade. Eis algumas manchetes: “Cercos a ônibus serão retomados”; Beltrame defende a PM e cobra ação conjunta”²; “Arpoador nunca mais: vítima de ladrão diz que

Paulo Vaz | paulo.vaz@eco.ufrj.br

Professor do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil. O autor agradece o apoio do CNPq ao projeto *Risco, Portador e Vítima Virtual*.

Pedro Barreto Pereira | ppbarreto@gmail.com

Realiza doutorado por meio do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil.

não voltará à praia. Infrator, autuado por furto, já está em liberdade”³; “Praia, agora, é ‘grande evento’: PM monta esquema de segurança na orla semelhante aos do Rock in Rio e do reveillon”⁴; “Retrato da violência precoce: levantamento mostra que, a cada quatro pessoas detidas, uma é adolescente”⁵; “Os migrantes da orla: medo de assaltos faz muita gente trocar as praias por piscinas de clubes e condomínios”⁶ e “Rio como vamos: medo de arrastão aumentou: em pesquisa, 1.417 pessoas afirmam que assaltos são o maior problema das praias”⁷ foram algumas das manchetes publicadas. A resposta da Secretaria de Segurança do governo do Estado a este “agendamento” (MCCOMBS; SHAW, 1972) foi a realização de *blitze* em ônibus que fazem o trajeto até a região, a abordagem e mesmo a retirada de

passageiros dos coletivos e o encaminhamento de jovens sem documentos a centros de triagem da Prefeitura. A afronta ao direito fundamental e constitucional de ir e vir, denunciada por defensores públicos, chegou a ser defendida pelo secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, que afirmou que a Polícia estaria sendo “tolhida”⁸ em seu dever.

Já no dia 30, o assunto arrefeceu, e o medo de uma ocorrência supostamente comum deu lugar a um episódio aparentemente raro, de acordo com a narrativa de *O Globo*. Extensa reportagem na edição diária do jornal relatava os acontecimentos exibidos em um vídeo divulgado nas redes sociais no dia anterior. Neste, cinco policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro

- 1 Artigo baseado na dissertação de Mestrado “Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora”, de Pedro Barreto Pereira, orientada por Paulo Vaz, e defendida em março de 2012 na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 2 BOTTARI, E. *et. al.* Insegurança à beira-mar. Cerco a ônibus será retomado: Beltrame defende a PM e cobra ação conjunta. *O Globo*. Rio. 2ª edição. Terça-feira, 22 set. 2015. p. 9.
- 3 GOULART, G. Insegurança à beira-mar. Arpoador nunca mais: vítima de ladrão diz que não voltará à praia. Infrator, autuado por furto, já está em liberdade. *O Globo*. Rio. 2ª edição. Quarta-feira, 23 set. 2015. p. 13.
- 4 WERNECK, A. Combate aos arrastões. Praia, agora, é ‘grande evento’: PM monta esquema de segurança na orla semelhante aos do Rock in Rio e do reveillon. *O Globo*. Rio. 2ª edição. Sexta-feira, 25 set. 2015. p. 10. A única cujo título talvez desperte no leitor o grau de exagero contido nas medidas adotadas.

Contexto. Upps devem ser preservadas. Para especialistas, apesar do episódio ocorrido ontem no Morro da Providência, programa de pacificação precisa não só ser mantido, como ampliado. *O Globo*. Rio. 2ª edição. Quarta-feira, 30 set. 2015. p. 13.
- 5 BOTTARI, E. Juventude em risco. Retrato da violência precoce: levantamento mostra que, a cada quatro pessoas detidas, uma é adolescente. *O Globo*. Rio. Sábado, 26 set. 2015. p. 11.
- 6 LO-BIANCO, A. Os migrantes da orla: medo de assaltos faz muita gente trocar as praias por piscinas de clubes e condomínios. Insegurança à beira-mar. *O Globo*. Rio. Domingo, 27 set. 2015. p. 9.
- 7 Rio como vamos: medo de arrastão aumentou: em pesquisa, 1.417 pessoas afirmam que assaltos são o maior problema das praias. *O Globo*. Rio. 2ª edição. Terça-feira, 29 set. 2015. p. 12.
- 8 BOTTARI, E. *et. al.* Insegurança à beira-mar. Cerco a ônibus será retomado: Beltrame defende a PM e cobra ação conjunta. *O Globo*. Rio. 2ª edição. Terça-feira, 22 set. 2015. p. 9.

da Providência forjam o auto de resistência⁹ de um jovem já baleado. Eduardo Felipe Santos, de 17 anos, está ensanguentado e caído no chão, enquanto três dos policiais colocam uma arma em sua mão e apertam o gatilho. Pouco depois, a vítima morreria. Devido à repercussão do caso na véspera – a evidência da alteração da cena do crime por agentes do Estado e indícios do envolvimento desses na morte do jovem –, o periódico dedicou três páginas para o caso, além de chamada na capa com foto na parte inferior da página.

O segundo parágrafo da reportagem principal procura contextualizar temporalmente o episódio, quando outros casos de mortes de moradores envolvendo policiais ocorrem nas favelas ocupadas pelas UPPs: “as imagens expuseram uma polícia violenta e corrupta que *ainda* resiste ao programa de pacificação”¹⁰. Já no quarto parágrafo, o jornal publica a versão dada pela PM, horas depois do crime, dando conta de que houvera troca de tiros, que Eduardo teria sido morto em consequência desta e que ele estaria armado, carregando “uma pistola 9 mm, munição e um radiotransmissor”¹¹,

informações que dificilmente seriam desmentidas não fosse a divulgação do vídeo. No penúltimo parágrafo, a matéria informa que, “de acordo com a Polícia Civil, o adolescente tinha três anotações criminais: por tráfico de drogas, injúria e ameaça”¹². Fato que é desmentido pelo tio: “o rapaz, que tinha oito irmãos – seis por parte de pai – era estudante da rede estadual”, diz o parente da vítima¹³.

Na matéria da página seguinte, uma “suposta testemunha” afirma que Eduardo “estava armado, mas não ameaçou atirar e acabou sendo morto com um tiro à queima-roupa, após levantar os braços”. Ainda segundo o depoimento da testemunha, a vítima “teria ligação com o tráfico de drogas”¹⁴ da Providência. Na terceira e última página destinada ao caso, o jornal apresenta uma estatística da ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública, segundo a qual o Rio seria “a quinta capital menos insegura”¹⁵. Por fim, o jornal publica um *box* com o título “UPPs devem ser preservadas”, com a opinião da antropóloga Alba Zaluar e do professor de Direito Jerson Carneiro, em que defendem a continuidade do Programa de

9 Denominação criada durante o regime militar para caracterizar mortes em confronto com a Polícia.

10 Idem.

11 Idem.

12 Idem.

13 Idem. No subtexto, o jornal leva o leitor a suspeitar da informação dada pela fonte de que teria formação superior em Direito: “(o) tio do adolescente, que se apresentou como advogado”.

14 ‘O menino estava armado, mas se rendeu’. Suposta testemunha da morte de Eduardo diz que jovem foi baleado à queima-roupa após levantar os braços. O Globo. Rio. Quarta-feira, 30 set. 2015. p. 11.

15 GRILLO, M. Levantamento mostra o Rio como a quinta capital menos insegura. Estudo soma homicídios, latrocínios e lesões corporais com morte. O Globo. Rio. 2ª edição. Quarta-feira, 30 set. 2015. p. 13.

Pacificação nas favelas do Rio, regulamentadas por meio dos decretos estaduais 45.145, de 5 de fevereiro de 2015, e 45.186, de 17 de março de 2015. De acordo com Zaluar, “não há razão para acabar com as UPPs. A população das favelas onde elas estão instaladas ganhou muito no direito de ir e vir, e os tiroteios eram mais frequentes”¹⁶.

A análise das manchetes sobre os arrastões permite constatar, em primeiro lugar, que a narrativa do jornal atua com a generalização da vítima da classe média como prioridade da política de Segurança Pública. A manchete “Os migrantes da orla”¹⁷ apresenta os moradores da Zona Sul como cidadãos acuados, amedrontados, a quem não resta alternativa se não abdicar de seu lazer habitual por outro em que, presumivelmente, correrá menos riscos. Da mesma forma, a matéria “Arpoador nunca mais”¹⁸ apresenta um cenário de impunidade, em que o banhista das classes média e alta resigna-se em deixar de frequentar as praias, enquanto o jovem infrator permanece em liberdade.

Outra perspectiva a ser observada é a de que um mesmo evento pode ser apresentado de duas maneiras. A primeira é como uma incidência, aquilo que “generaliza o singular, de modo a alimentar a impressão de que a violência veio saturar o país” (COMAROFF, 2006, p. 217). A segunda é como um incidente, algo raro, um “caso isolado”, fortuito, incomum. As matérias “Retrato da violência precoce”¹⁹ e “Rio como vamos”²⁰ generalizam o singular por meio da legitimação da tese de que os arrastões seriam um evento frequente, o grande mal a ser combatido pelas forças policiais e que jovens negros e moradores de favelas seriam naturalmente propensos ao crime. Por outro, em uma das reportagens sobre a morte de Eduardo, a ação violenta da Polícia, que poderia ser apresentada como incidência, se bem observadas as ocorrências de autos de resistência e a execução de jovens moradores de favelas e bairros periféricos²¹, surge como incidente por meio das estatísticas apresentadas pelo jornal:

16 Contexto. Upps devem ser preservadas. Para especialistas, apesar do episódio ocorrido ontem no Morro da Providência, programa de pacificação precisa não só ser mantido, como ampliado. O Globo. Rio. 2ª edição. Quarta-feira, 30 set. 2015. p. 13.

17 LO-BIANCO, A. *op. cit.* Nesta reportagem, a foto que a ilustra apresenta uma mulher jovem e branca, nadando submersa em uma piscina de águas cristalinas.

18 GOULART, G. *op. cit.*

19 BOTTARI, E. Juventude em risco. Retrato da violência precoce: levantamento mostra que, a cada quatro pessoas detidas, uma é adolescente. O Globo. Rio. Sábado, 26 set. 2015. p. 11.

20 Rio como vamos: medo de arrastão aumentou: em pesquisa, 1.417 pessoas afirmam que assaltos são o maior problema das praias. O Globo. Rio. 2ª edição. Terça-feira, 29 set. 2015. p. 12.

21 De acordo com relatório da Anistia Internacional, entre 2005 e 2014, foram registrados 8.466 casos de homicídios decorrentes de intervenção policial no estado do Rio de Janeiro, sendo 5.132 apenas na capital fluminense. Ainda segundo o mesmo documento, das 56 mil pessoas assassinadas no Brasil em 2012, 30 mil eram jovens entre 15 e 29 anos e, desse total, 77% eram negros, isto é, 23 mil. Dados disponíveis em https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Última visualização em 10 out. 2015.

“Levantamento mostra o Rio como a quinta capital menos insegura”²².

A diferença de procedimento retórico – que, como já exposto, generaliza a singularidade – tende a afetar a elaboração de políticas públicas. Este seria o caso da reportagem “Cercos a ônibus será retomado”²³, em que a ação autoritária e arbitrária da Polícia, que impede o direito de ir e vir de cidadãos com um determinado perfil social, é justificada a partir da premissa de que as ações criminosas são frequentes, estão relacionadas e têm como origem os jovens moradores de favelas e bairros das zonas norte e oeste, que se deslocam em coletivos rumo às praias da zona sul da cidade. De acordo com esta narrativa, os cercos são a única forma de impedir esses crimes. Apenas a reportagem “Praia, agora, é ‘grande evento’”²⁴ apresenta alguma ambiguidade, indicando a possibilidade de um certo exagero em relação à política de Segurança Pública, que deslocou cerca de 700 homens para realizar a proteção dos banhistas durante um final de semana, na faixa de areia entre o Leme e o Leblon.

Desse modo, se no relato sobre os arrastões a narrativa de *O Globo* trata como incidência um evento ocorrido em uma área de lazer na zona sul da cidade, onde coabitam ricos e pobres, ainda que nenhum fato grave tenha sido registrado, na reportagem sobre a morte de Eduardo, aquilo que poderia ser apresentado como incidência é retratado como incidente, um caso isolado, um dano colateral que “ainda resiste”²⁵ ao programa de pacificação empreendido pelo governo do Estado. Ademais, se no caso dos arrastões as notícias veiculadas provocaram uma reação imediata do poder público, como as *blitze* e as apreensões de jovens nos coletivos rumo à Zona Sul, o que o homicídio de Eduardo motivou foram declarações protocolares do secretário e do porta-voz da PM. Em nenhum momento, contudo, há um questionamento quanto à continuidade ou proposta de reavaliação das UPPs, ainda que outros óbitos de moradores de favelas, resultantes de ações policiais, já tenham sido atestados ao longo desses sete anos do programa de pacificação.

22 GRILLO, M. *op. cit.* Cabe notar que as reportagens “Juventude em risco” e “Rio como vamos” tentam provar exatamente o oposto, ou seja, que o Rio é uma capital muito violenta.

23 BOTTARI, E. *et al.* Insegurança à beira-mar. Cercos a ônibus será retomado: Beltrame defende a PM e cobra ação conjunta. *O Globo*. Rio. 2ª edição. Terça-feira, 22 set. 2015. p. 9.

24 WERNECK, A. Combate aos arrastões. Praia, agora, é ‘grande evento’: PM monta esquema de segurança na orla semelhante aos do Rock in Rio e do reveillon. *O Globo*. Rio. 2ª edição. Sexta-feira, 25 set. 2015. p. 10. A única cujo título talvez desperte no leitor o grau de exagero contido nas medidas adotadas. Contexto. Upps devem ser preservadas. Para especialistas, apesar do episódio ocorrido ontem no Morro da Providência, programa de pacificação precisa não só ser mantido, como ampliado. *O Globo*. Rio. 2ª edição. Quarta-feira, 30 set. 2015. p. 13.

25 WERNECK, A. *et al.* Farsa descoberta. Vídeo feito por moradores mostra PMs alterando cena do crime no Morro da Providência. *O Globo*. Rio. 2ª edição. Quarta-feira, 30 set. 2015. p. 10.

2 As UPPs e sua legitimação

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foram criadas a partir de novembro de 2008 e têm entre os objetivos declarados:

retomar territórios sob o jugo de grupos criminosos [...], reduzir a violência armada, especialmente a letal; [...] recuperar a confiança e a credibilidade dos moradores na polícia; [...] contribuir para uma cultura de paz, regulando, de forma pacífica, os conflitos no interior das áreas atendidas, sob a orientação de padrões não-violentos de sociabilidade.²⁶

Em sete anos, foram instaladas 38 unidades²⁷.

A grande parte delas está localizada no que o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, denominou “cinturão de segurança no entorno financeiro do Rio”²⁸.

Os bairros contemplados pelas UPPs são aqueles onde vive a população de maior poder aquisitivo da cidade, ou onde estão instalados os equipamentos utilizados nos megaeventos

esportivos internacionais, ou no trajeto de deslocamento de turistas.

A primeira foi criada em novembro de 2008, no Morro Santa Marta, em Botafogo, apresentada por Beltrame como “policiamento modelo”²⁹ a ser seguido nas futuras unidades. As ocupações policiais permanentes seriam realizadas por jovens policiais, recém-graduados no curso de formação da Polícia Militar, o que – em tese – diminuiria o índice de policiais envolvidos em casos de corrupção, abusos de autoridade, venda de armas, etc. Estaria em gestação, portanto, um novo “*ethos* policial”, ou seja, “uma visão de mundo própria e compartilhada pela maioria do efetivo da instituição” (MISSE, Daniel Ganem, 2014, p. 693). Desta maneira, seriam estabelecidas novas formas de relacionamento com os moradores das favelas ocupadas. A presença permanente nas favelas pretendia tornar a ação policial mais previsível, menos letal e mais humanizada.

26 Decreto 45.186 de 17 de março de 2015. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Parte I Poder Executivo. Ano XLI – Número 047. Quarta-feira, 18 de março de 2015. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/88135981/doerj-poder-executivo-18-03-2015-pg-1/pdfView>. Último acesso em 10 out 2015.

27 São elas: Zona Sul: Santa Marta, Babilônia e Chapéu Mangueira, Pavã-Pavãozinho e Cantagalo, Tabajaras e Cabritos, Escondidinho e Prazeres, Rocinha, Vidigal, Cerro-Corá. Zona Norte: Borel, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano, São João, Matriz e Quietinho, Macacos, Mangueira, Nova Brasília, Fazendinha, Adeus e Baianinha, Alemão, Chatuba, Fé e Sereno, Parque Proletário, Vila Cruzeiro, Jacarezinho, Manguinhos, Barreira do Vasco e Tuiuti, Caju, Arará e Mandela, Lins, Camarista Meier. Zona Oeste: Cidade de Deus, Batan, Vila Kennedy. Centro: Providência, Coroa, Fallet e Fogueteiro, São Carlos. Baixada Fluminense: Mangueirinha (Duque de Caxias). Dados disponíveis em <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Último acesso em 10 out 2015.

28 COSTA, A.C., MAGALHÃES, L.E. Lista das comunidades: Prefeito desautoriza representante da Prefeitura que divulgou cronograma de implantação das UPPs. O Globo Online Rio de Janeiro, 23 de março de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/03/25/prefeito-desautoriza-representante-da-prefeitura-que-divulgou-cronograma-de-implantacao-das-upps-916164513.aspContexto>. Upps devem ser preservadas. Para especialistas, apesar do episódio ocorrido ontem no Morro da Providência, programa de pacificação precisa não só ser mantido, como ampliado. O Globo. Rio. 2ª edição. Quarta-feira, 30 set. 2015. p. 13.

29 ARAÚJO, Vera. *Unidade da PM em prédio de creche gera protestos no Morro Dona Marta*. O Globo. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2008, p. 15.

O efeito imediato desta presença constante foi, em algumas comunidades, a desterritorialização do comércio armado de entorpecentes, que teve como consequência a queda da ocorrência de tiroteios entre grupos armados e entre esses e a Polícia; a redução do índice formal de letalidade entre moradores das favelas e do entorno; a diminuição do registro de abusos de autoridade por parte de agentes policiais e a redução do uso de “mercadorias políticas” (MISSE, Michel, 2002), qual seja, a utilização da força e da proteção policial como recurso a ser negociado para a obtenção de vantagens particulares.

A partir de 2010, quando da criação do Sistema Integrado de Metas (SIM)³⁰ e da instalação de 13 das 17 UPPs existentes até aquele período, houve significativa redução da ocorrência de homicídios e autos de resistência nas áreas ocupadas. Entre 2007 – antes do início das ocupações, portanto – e 2011, esses registros chegaram a quase zero, segundo os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), como mostra Daniel Ganem Misse (2014: p.680). Já entre 2013 e 2014, se, por um lado, o número de homicídios permaneceu praticamente o mesmo nas favelas ocupadas pelas UPPs, por outro, se observarmos o número de homicídios em toda a cidade do Rio de Janeiro, ocorreu um aumento de 39,4%, de acordo com o relatório da Anistia Internacional³¹. Nesse período,

os autos de resistência corresponderam a 15,6% dos homicídios praticados na cidade do Rio de Janeiro em 2014. Homicídios como os do pedreiro Amarildo, na Rocinha; do dançarino DG, no Pavão-Pavãozinho; e dos jovens Patrick Queiroz, de 11 anos, na favela Camarista Méier; Eduardo de Jesus, de 10 anos, no Complexo do Alemão; Christian Andrade, de 13 anos, em Manguinhos; e Eduardo Felipe Santos, de 17 anos, na Providência, são alguns dos mais conhecidos, mas não os únicos, com o envolvimento de policiais.

No entanto, o enquadramento midiático busca justificar os óbitos ocorridos em confrontos com a polícia a partir de uma narrativa de “guerra às drogas”. Seriam, portanto, os homicídios causados por agentes do Estado um dano colateral à tão aguardada pacificação do Rio de Janeiro, de acordo com esta narrativa. A legitimação desta política de Segurança Pública é, dessa maneira, realizada discursivamente por meio da escolha de fontes, dados estatísticos favoráveis a este ponto de vista e demais elementos em detrimento de outros, os quais são ocultados ou reduzidos.

3 Nota metodológica

De modo a compreender os motivos pelos quais o jornal frequentemente procura justificar a ação policial, por meio da disseminação generalizada

30 Garante premiações de até R\$ 9.000 aos batalhões policiais que obtivessem reduções no registro de ocorrências. Se, por um lado, o SIM pode garantir melhores condições de trabalho aos policiais, por outro, podem contribuir para a notificação de registros de ocorrências.

31 Dados disponíveis em https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf

do medo, ainda que esta seja praticada por meio da violência e da agressão aos direitos do cidadão, é preciso colocar essa narrativa em relevo diante de um processo de longo prazo. Para isso, recorremos à pesquisa “Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora” (PEREIRA, 2012), na qual foram analisadas 180 matérias sobre as UPPs, publicadas no jornal *O Globo* e em sua versão digital, de 12 de novembro de 2008 a 16 de novembro de 2011³².

Para a análise das matérias, foi utilizado o método da “*frame analysis*” (TERKILDSEN, SCHNELL, 1997), ou “enquadramento”, através do conceito dos “pacotes interpretativos” (tradução nossa para “*interpretative packages*”), definidos por Beckett (1997), adaptados à realidade do crime no Rio de Janeiro. Foram identificados quatro deles:

- 1) *Lei e Ordem na favela*: como o nome sugere, as reportagens que contêm este pacote tendem a reivindicar maior rigor à aplicação da lei no combate ao crime, em especial ao tráfico de drogas, percebido

como o principal causador da violência urbana no Rio de Janeiro. Neste discurso, a favela tende a ser vista como um território “sem controle”, onde imperam as ordens de traficantes armados que não respeitam a autoridade do Estado. Desta maneira, de acordo com este enquadramento, as UPPs são a única saída, e as ações violentas praticadas pelos agentes policiais são justificadas como um “mal necessário”, com o objetivo da “pacificação” de determinadas áreas da cidade. Entre as expressões mais utilizadas neste discurso, estão “ocupação”, “poder paralelo”, “monopólio da força”, “dano/efeito colateral”, entre outras similares.

- 2) *Extensão da cidade formal*: neste modelo discursivo, os moradores da favela são vistos como cidadãos merecedores de acesso a serviços já presentes e garantidos aos moradores da cidade “formal”, entre eles, a Segurança Pública. Esses direitos são ameaçados pelos traficantes armados,

32 Foram escolhidas notícias da editoria *Rio*, suplementos dos jornais de bairros, editoriais e cartas dos leitores, além das versões digitais do mesmo periódico – disponíveis na internet através do sítio eletrônico *O Globo Online* – com a finalidade de analisar como se dão as “relações recíprocas” (HALL *et al*, 1981) entre as notícias publicadas e as medidas tomadas pelas respectivas esferas governamentais. As favelas foram selecionadas por sua localização geográfica – zona sul, centro, zona norte e zona oeste – e importância para os objetivos descritos pela política de Segurança Pública do Governo do Estado. São elas: Morro Santa Marta, por ter sido a primeira a receber uma UPP e servir como modelo da ocupação policial pela Secretaria Estadual de Segurança Pública; Morro de São Carlos, tradicional reduto da malandragem, boemia e, por que não, criminalidade carioca; Cidade de Deus, segunda comunidade a receber uma UPP, e uma das maiores dentre elas, com um total estimado em 45 mil pessoas; e o Morro do Borel, localizado na Tijuca, bairro de classe média, percebido como um dos mais atingidos pela violência urbana. Ao todo, foram analisadas 180 matérias das quatro comunidades, em um período de pouco mais de três anos. O trabalho buscou também notícias publicadas no periódico na última semana de novembro de 2010, quando da ocupação militar no Complexo de Favelas do Alemão. A ação não apenas ocupou espaço nas editorias *Rio* e *Carta de Leitores*, como também ganhou as capas daquela semana, além de um caderno especial encartado no jornal, com relatos sobre os acontecimentos.

e a UPP surge, novamente, como a única solução possível. Apesar de reconhecer os moradores das favelas como merecedores de políticas por parte do Estado, este enquadramento ainda diferencia estes dos moradores “do asfalto”. Para torná-los iguais, deve-se normalizar a vida da favela e torná-la o mais próximo possível da cidade “formal”, aquela regida pelos ditames e pelas leis do Estado instituído. “Legalizar”, “regularizar”, “acesso a serviços” são alguns dos termos comumente utilizados.

- 3) *Liberdades civis sob ataque*: este pacote reconhece a privação das liberdades dos moradores ameaçada e denuncia as medidas de segurança mais duras. Entre essas medidas, a proibição de bailes *funk* nas favelas onde há a presença de UPPs, sob a argumentação de que tais eventos são realizados com fins de promover o tráfico de drogas. Estão entre as expressões frequentemente utilizadas “violência/truculência policial”, “proibição”, “Estado Policial”, “direitos civis”, entre outras.
- 4) *Pobreza causa crime*: a análise de Beckett identifica o argumento utilizado pelo partido democrata norte-americano nos anos 1950 e 1960. Este modelo discursivo tem como objetivo explicar o crime através da má distribuição de renda, falta de recursos financeiros, econômicos e sociais. Busca justificativas para o

crime através da culpa das classes alta e média e vitimiza o pobre, frequentemente estigmatizando-o (GOFFMAN, 1980) por esta condição. Termos comuns neste tipo de enquadramento são “pobreza”, “delinquência”, “abandono”, “investimentos sociais”, entre outros.

De fato, a distinção entre esses quatro pacotes pode ser apresentada pela forma de constituir uma separação entre “nós” e “eles”, de acordo com quatro representações: o morador da cidade “formal” (o único cuja condição de “nós” permanece inalterada nas quatro situações), o morador da favela, os comerciantes varejistas de entorpecentes (ou traficantes) e o policial. O pacote *Lei e ordem* não distingue moradores da favela e traficantes e coloca a Polícia como a instituição a proteger o morador da cidade “formal” (que é também o leitor a quem o jornal se dirige) desse “eles”. O segundo pacote inclui os moradores da favela no “nós”; contudo, como a ação policial rigorosa contra os traficantes se dá na favela, danos colaterais são percebidos como inevitáveis. Isto é, no interior do “nós” há o privilégio dos moradores da cidade “formal”. Já no terceiro pacote, a Polícia passa para o “eles”, e os moradores da favela reivindicam uma igualdade de direitos civis, como a dos moradores da cidade “formal”. Neste pacote, ainda que seja preciso combater a atividade da venda de entorpecentes, a violência policial não é admitida. Os traficantes ainda são parte do “eles”. Finalmente, o quarto pacote propõe explicar por que o crime acontece.

E, portanto, dá extensão máxima ao “nós”, incluindo mesmo os traficantes. O responsável pelo crime, conforme este tipo de enquadramento, é a estrutura social.

Assim como na análise de Beckett, foi possível constatar a presença de mais de um pacote interpretativo em algumas delas. No entanto, elegemos apenas um pacote predominante, a partir da presença de “elementos de assinatura” (BECKETT, 1997) presentes nos títulos, chamadas de capa do periódico e textos. A escolha das fontes estatais ou não estatais também foi analisada e, ainda, a que objetivo se propõe o uso desta fonte. Exemplo: um morador tem sua declaração publicada com o objetivo de referendar a implantação de uma UPP ou para denunciar a violação dos direitos civis por parte dos policiais?

Na análise, foi checada, ainda, a sua clivagem ideológica, ou seja, de acordo com a narrativa midiática, a quem se destinam as UPPs: aos moradores das favelas ou da cidade “formal”. Foram analisadas, por fim, as vozes dissonantes, publicações produzidas por moradores das favelas, como a *Cartilha de Abordagem policial*, do Morro Santa Marta; o *Portal Comunitário da Cidade de Deus*; e o *Portal Viva Favela*. Desta forma, podemos comparar o que é dito na mídia comercial com o que é narrado pelos moradores das próprias comunidades acerca das UPPs.

4 Análise quantitativa

O que a análise das matérias apontou, em primeiro lugar, foi que, das 180 matérias analisadas, 120 (66,7%) delas tinham como enquadramento predominante o pacote interpretativo *Lei e ordem*. Em segundo lugar, aparece o enquadramento *Extensão da cidade formal* com 48 (26,7%). Ou seja, mais de 93% das reportagens sobre as UPPs publicadas entre 2008 e 2012 no jornal *O Globo* admitem a violência policial, seja para garantir a lei e ordem ou para assegurar o acesso a serviços aos moradores das favelas. Em seguida, com apenas dez ocorrências (5,5%), está aquele que denuncia as *Liberdades civis sob ataque*. Apenas duas reportagens (1,1%) têm como enquadramento predominante o pacote *Pobreza causa crime*. O que podemos observar a partir desses números é, obviamente, a reivindicação prioritária por mais lei e ordem nas favelas, percebidas pela narrativa do jornal como “locus da pobreza da classe perigosa” (VALLADARES, 2005, p. 24), “sobressalto das famílias cariocas” (ZALUAR e ALVITO, 2003, p. 8) e “núcleo de desagregação social”³³. O pacote que aparece em segundo lugar é o que reivindica os mesmos direitos aos moradores das favelas que os já presentes e garantidos na cidade “formal” – à exceção daqueles que atuam no comércio varejista de entorpecentes –, desde que isso não interfira na imposição da lei e da ordem. O enquadramento que denuncia as liberdades civis sob ataque aparece apenas em terceiro lugar. Apenas quatro

deles foram encontrados nas matérias sobre as UPPs no Morro Santa Marta e seis na Cidade de Deus, enquanto que naquelas sobre o São Carlos e o Borel não houve registros deste pacote interpretativo. Por fim, o enquadramento *Pobreza causa crime* é identificado apenas duas vezes, em reportagens sobre as UPPs no Morro Santa Marta e Cidade de Deus. Não obstante a favela ser apresentada como “local do crime”, como já visto, a atual narrativa representa de maneira diversa o morador com emprego formal e aquele que se dedica ao comércio de entorpecentes. Enquanto aquele é retratado “apenas” como ingênuo e inculto, este é representado como “bandido” (MISSE, Michel, 2010), impiedoso, cruel e sanguinário. Este tipo de representação “não irá só favorecer a identificação entre vítima e leitor; dificultará também a identificação com o criminoso” (VAZ, SÁ-CARVALHO, POMBO, 2006, p. 78). E, por conseguinte, ao posicionar o espectador mais próximo das vítimas e distante do infrator, reivindica-se tacitamente a imposição de penas mais duras e maior rigor à lei e à ordem.

Quanto às fontes publicadas, é relevante que 142 das 219 (ou 65%) declarações publicadas nas reportagens sejam atribuídas a fontes estatais, ou seja, governador, prefeito, secretário de Segurança Pública, policiais, delegados, juízes ou qualquer outra pessoa vinculada de alguma forma ao Estado. Outro dado indica que, das fontes não estatais, cujas declarações foram publicadas nas reportagens sobre as UPPs (77 no total), apenas 13 delas, ou seja, 6%, apresentaram depoimentos

contrários à instalação das unidades ou à conduta dos policiais que nelas atuam. Ainda assim, em todas essas oportunidades, as declarações dessas fontes são confrontadas com as de fontes estatais, que, comumente, apresentam versões divergentes das primeiras. Das 64 fontes não estatais que elogiam a instalação das unidades, todas reivindicam maior rigor à repressão contra o comércio varejista de entorpecentes, ou, de alguma maneira, apoiam as UPPs. Mais um dado relevante é que nem sempre as matérias classificadas no pacote *Lei e ordem* apresentam fontes não estatais, mas sempre contemplam fontes estatais.

O contrário pode ser observado nas reportagens publicadas nos veículos comunitários. Nestes, os elementos de assinatura predominantes são aqueles encontrados em *Liberdades civis sob ataque*, e as declarações publicadas são as de fontes não estatais. Outro contraste entre as matérias publicadas no periódico comercial e aqueles produzidos nas favelas é em relação à clivagem ideológica. Enquanto os primeiros buscam apresentar as UPPs como dirigidas aos moradores das favelas, as publicações comunitárias retratam as UPPs como um meio de beneficiar os moradores da cidade “formal”.

Sendo assim, as UPPs são representadas na cobertura de *O Globo* como solução final contra o sofrimento causado pelo comércio varejista de entorpecentes contra os “cidadãos de bem” da cidade. Mesmo as ações de violência provocadas pelos agentes do Estado devem ser suportadas

pelos moradores das favelas e são justificadas pela narrativa midiática como meio inevitável, que tem como finalidade a “pacificação” e o fim do sofrimento das “vítimas virtuais” causado pelos traficantes. Exemplar neste sentido é a cobertura de *O Globo* nos últimos dias de novembro de 2010, quando da ocupação do Complexo do Alemão pelas polícias Civil e Militar, Exército, Marinha e Aeronáutica, todas com seus arsenais bélicos à disposição da alardeada “pacificação”. As páginas do periódico encenavam uma possível guerra em letras garrafais, justificada pela futura paz que reinaria naquela comunidade. “Bunker do tráfico”³⁴, “Batalha do Alemão”³⁵, “libertação do Alemão”³⁶, “os guerreiros do Alemão”³⁷ foram algumas das expressões utilizadas nas capas, títulos, manchetes ou ao longo dos textos das reportagens.

5 Considerações finais

Os dados apurados na pesquisa “Segurança para quem? O discurso midiático sobre as

Unidades de Polícia Pacificadora” (PEREIRA, 2012) indicam não necessariamente uma subserviência da mídia comercial em relação ao poder público instituído, ou “definidores primários” (HALL *et al.*, 1981), e vice-versa, mas, sim, uma “relação recíproca” (*id.*) entre eles, em favor de uma narrativa comum. Dada a análise da cobertura sobre as UPPs, pode-se supor que o periódico das Organizações Globo contribui para consolidar e disseminar a necessidade da aplicação da lei e da ordem nas favelas cariocas. O rigor punitivo, portanto, recai predominante e frequentemente sobre aqueles indivíduos enquadrados no perfil da “sujeição criminal” (MISSE, 2008), pela associação consumada entre favela, tráfico e criminalidade, que tanto amedronta as “vítimas virtuais” (VAZ, 2009). Assim, são justificados a violência, a brutalidade, o encarceramento em massa³⁸ e os elevados índices de autos de resistência como um mal necessário para garantir a alardeada *pacificação*.

34 O Dia D da guerra ao tráfico. *O Globo*. 26 de novembro de 2010. Edição especial sobre a ocupação de forças de Segurança Pública no Complexo de favelas do Alemão.

35 *Idem.*

36 *Idem.*

37 *Idem.*

38 Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), divulgado pelo Ministério da Justiça, em junho de 2015, o Brasil contabiliza 607.731 pessoas privadas de liberdade no Brasil até junho de 2014, o equivalente a 300 presos para cada 100 mil habitantes no país. Isso significa que a população carcerária cresceu sete vezes nos últimos 25 anos, enquanto que a população total do país cresceu 40% no mesmo período. Chama a atenção ainda que o número de vagas é de 376.669 pessoas: déficit de 231.062 vagas e uma taxa de ocupação de 161%. “Em outras palavras, em um espaço concebido para custodiar 10 pessoas, existem por volta de 16 indivíduos encarcerados”, informa o relatório. Comparando os números aos de outros países do mundo, é possível constatar que o Brasil é o quarto em população carcerária no planeta. Outro dado alarmante é que 41% deste total estão presos sob regime provisório, ou seja, ainda aguardam julgamento. Quanto ao perfil das pessoas privadas de liberdade, 67% são negros e 80% estudaram até, no máximo, o ensino fundamental. Em relação aos crimes cometidos, o tráfico de entorpecentes é o crime que mais prende, com 27%. Entre os homens, 25% respondem por este tipo de delito, enquanto entre as mulheres, esse percentual chega a 63%. Dados disponíveis em <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal>>. Último acesso em 10 out 2015.

Ambas as análises – a quantitativa, cobrindo os anos de 2008 a 2012, e a qualitativa, sobre a última dezena de setembro de 2015 – são indicativas de como a linha editorial de *O Globo* se mantém inalterada e permanece atuando como base legitimadora da política de Segurança Pública, ainda que, no momento atual, o discurso da mídia convencional precise dialogar com um contradiscurso, proveniente de novos aparatos tecnológicos, agora disponíveis também aos moradores das favelas.

Por fim, episódios como o da morte de Eduardo, na Providência, são apresentados como algo que “ainda resiste” à *pacificação*, “casos isolados”, acidentes de percurso rumo a um objetivo maior; ou, como afirma Vera Malaguti Batista (2012), sintomas da sopa de pedra de Pedro Malasartes: “aguentem as mortes, as balas perdidas, as invasões de domicílio, as revistas para entrar e sair de casa... o melhor está por vir!” (*op. cit.*, p. 92). Em outras palavras, de modo a legitimar a política de Segurança Pública em curso, o jornal privilegia um enquadramento em que predomina a redução de determinados índices de criminalidade que atestam a eficácia na proteção dos cidadãos das classes média e alta, em detrimento de notícias referentes à violação dos direitos e da privação de liberdade dos moradores das favelas. E, assim, atua na disseminação do medo e na justificativa de práticas que garantem a segurança de uma parcela economicamente privilegiada da cidade, ainda que isso represente o desrespeito à parte menos favorecida da população.

Referências

- ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho! Homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf> Último acesso em 10 out 2015.
- BATISTA, V.M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro. Dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. O Alemão é muito mais complexo In **Paz armada**. Vera Malaguti Batista (Org.), Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. 102 p. 55-102.
- BECKETT, K. Making crime pay. Law and order in contemporary american politics. New York / Oxford: Oxford University Press, 1997.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Figuring Crime: quantifacts and the production of the un/real. *Public Culture*, 18, 2006, p. 209-246.
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto 45.186, de 17 de março de 2015. Parte I Poder Executivo. Ano XLI - Número 047. Quarta-feira, 18 de março de 2015. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/88135981/doerj-poder-executivo-18-03-2015-pg-1/pdfView>>. Último acesso em 27 nov. 2015.
- GARLAND, D. **A Cultura do Controle. Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1980.
- HALL, S., CHRITCHER, C., JEFFERSON, T., CLARKE, J., ROBERTS, B. The social production of news: Mugging in the media. In COHEN, S., YOUNG, J. **The manufacture of news. Social problems deviance and the mass media**. Londres, Constable / Sage Publications, Bervely Hills, California, 1981.
- MCCOMBS, M., SHAW, D.L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. **The public opinion**

quarterly, Vol. 36, No 2, pp. 176-187, Summer 1972.

MISSE, Daniel Ganem. Cinco anos de UPP: um breve balanço. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 7 – nº 3 - JUL/AGO/SET 2014 - pp. 675-700.

MISSE, Michel. O Rio como um bazar. **A conversão da ilegalidade em mercadoria política. Insight Inteligência**. Rio de Janeiro: v.3, número 5, 2002, p.12-16.

_____. Sobre a construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação. In **Acusados e Acusadores. Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2008.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Revista Lua Nova, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea**. São Paulo, número 79, pp. 15-38, 2010.

PEREIRA, Pedro. **Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. 150f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação da UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

TERKILDSEN, Nayda e SCHNELL, Frauke. How media frames moves public opinion: an analysis of women’s movement. **Political Research Quarterly**, Vol. 50, No 4, pp. 879-900, Dez. 1997.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2005.

VAZ, P. A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime. **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 30, agosto de 2006.

_____. Vítima virtual a mídia. **Vigilância, Segurança e Controle Social**. PUCPR. Curitiba. Brasil. 4 a 6 de março de 2009, pp. 51-69.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs). **Um século de favela**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

The meaning of UPP: O Globo's coverage and Public Security Policies

Abstract

This paper compares the reports published in the last ten days of September 2015 in the newspaper O Globo about the thefts on the beaches of the city of Rio de Janeiro and the death of Eduardo Felipe Santos by police forces at Morro da Providência. To allow a historical-conceptual understanding of the reports, we will articulate this qualitative analysis with the research about the coverage of the same newspaper between 2008 and 2012 on the Pacifying Police Units (UPPs). Our objective is to understand how O Globo selects events and produces meaning about Public Security in this city, a meaning which differentiates thefts in the South Zone beaches and the death of a young resident of a slum. Thus, our proposal is to investigate the reports in the main newspaper of the city contribute to the discursive legitimacy of a public policy.

Keywords

Media. Public Security. Slums.

El significado de las UPPs: La cobertura de O Globo y las políticas de seguridad pública

Resumen

Este trabajo compara los artículos publicados en los últimos diez días de septiembre de 2015 en el diario O Globo en los robos en las playas de la ciudad de Rio de Janeiro y de la muerte de Eduardo Felipe Santos, el Morro da Providencia. Para permitir una comprensión histórico-conceptual de los artículos, un análisis cualitativo se colocará en comparación con la investigación sobre la cobertura de el mismo periódico entre 2008 y 2012 acerca de las Unidades de Policía Pacificadora (UPP). El objetivo es entender como es el proceso de selección de eventos y producción de sentido sobre la Seguridad Pública en esta ciudad, que diferencia el tratamiento de los robos en las playas de la Zona Sur y la muerte de un joven residente de la favela. Por lo tanto, nuestra propuesta es investigar como los artículos en el periódico principal de la ciudad contribuyen para la legitimidad discursiva de una política pública.

Palabras clave

Medios. Seguridad Pública. Favelas.

Recebido em:
29 de novembro de 2015

Aceito em:
15 de março de 2016

Expediente

A revista E-Compós é a publicação científica em formato eletrônico da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Lançada em 2004, tem como principal finalidade difundir a produção acadêmica de pesquisadores da área de Comunicação, inseridos em instituições do Brasil e do exterior.

E-COMPÓS | www.e-compos.org.br | E-ISSN 1808-2599

Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.

Brasília, v.19, n.1, jan./abr. 2016.

A identificação das edições, a partir de 2008, passa a ser volume anual com três números.

Indexada por Latindex | www.latindex.unam.mx

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Farbiarz, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Alexandre Rocha da Silva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Carolina Damboriarena Escosteguy, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Ana Regina Barros Rego Leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil

Andrea França, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

André Luiz Martins Lemos, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Antonio Carlos Hohlfeldt, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Arthur Ituassu, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Álvaro Lorangeira, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

Ângela Freire Prysthon, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

César Geraldo Guimarães, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Cláudio Novaes Pinto Coelho, Faculdade Cásper Líbero, Brasil

Daisi Irmgard Vogel, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Denize Correa Araujo, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

Eduardo Antonio de Jesus, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Daniela Zanetti, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Eduardo Vicente, Universidade de São Paulo, Brasil

Elizabeth Moraes Gonçalves, Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Erick Felinto de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Francisco Elinaldo Teixeira, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Francisco Paulo Jamil Almeida Marques, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Gabriela Reinaldo, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Goiamérico Felício Carneiro Santos, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Gustavo Daudt Fischer, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Herom Vargas, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil

Itania Maria Mota Gomes, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Janice Caiafa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Jiani Adriana Bonin, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

José Afonso da Silva Junior, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

José Luiz Aida Prado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Juçara Gorski Brittes, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Kati Caetano, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

Lilian Cristina Monteiro França, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Liziane Soares Guazina, Universidade de Brasília, Brasil

Luiza Mônica Assis da Silva, Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Luciana Miranda Costa, Universidade Federal do Pará, Brasil

Malena Segura Contrera, Universidade Paulista, Brasil

Maria Ogécia Drigo, Universidade de Sorocaba, Brasil

Maria Ataíde Malcher, Universidade Federal do Pará, Brasil

Marcia Tondato, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Marcel Vieira Barreto Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Maria Clotilde Perez Rodrigues, Universidade de São Paulo, Brasil

Maria das Graças Pinto Coelho, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maurício Ribeiro da Silva, Universidade Paulista, Brasil

Mauro de Souza Ventura, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Márcio Souza Gonçalves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Micael Maiolino Herschmann, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Mirna Feitoza Pereira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Nísia Martins Rosario, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Potiguara Mendes Silveira Jr, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Regiane Regina Ribeiro, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Rogério Ferraraz, Universidade Anhembi Morumbi, Brasil

Rose Melo Rocha, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Rozinaldo Antonio Miani, Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Sérgio Luiz Gadini, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Simone Maria Andrade Pereira de Sá, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Veneza Mayora Ronsini, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Walmir Albuquerque Barbosa, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

COMISSÃO EDITORIAL

Cristiane Freitas Gutfreind, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Irene Machado, Universidade de São Paulo, Brasil

Eduardo Antonio de Jesus, Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

CONSULTORES AD HOC

Cleusa M. Andrade Scrofermeker, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Francisco Rüdiger, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Juliana Freire Gutmann, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Karla Regina M. P. Patriota Bronshtein, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Laura Loguercio Cânepa, Universidade Anhembi Morumbi, Brasil

Lucia Isaltina C. Leão, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

EQUIPE TÉCNICA

ASSISTENTE EDITORIAL | Márcio Zanetti Negrini

REVISÃO DE TEXTOS | Press Revisão

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA | Roka Estúdio

CONTATO | revistaecompos@gmail.com

COMPÓS | www.compos.org.br

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

Presidente

Edson Fernando Dalmonte

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

e Cultura Contemporânea - UFBA

edsondalmonte@uol.com.br

Vice-presidente

Cristiane Freitas Gutfreind

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – PUC-RS

cristianefreitas@pucrs.br

Secretário-Geral

Rogério Ferraraz

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Universidade Anhembi Morumbi

rogerioferraraz@anhembimorumbi.edu.br